O Mundo em Português Nº16 Janeiro 2001

A Separação do Político e do Económico

Dewi Fortuna Anwar

Considerando o sucesso económico como o objectivo principal da sociedade, a maioria dos países do Sudeste Aíático deixaram para segundo plano a questão da democracia e dos direitos humanos. Mais do que a pressão ocidental, são os fracassos económicos que se podem transformar nas alavancas da democratização.

Se analisarmos o Sudeste Asiático na perspectiva da prática da democracia e do respeito pelos direitos humanos, centrando-nos no período desde a queda de Saigão até aos anos 90, chegamos à conclusão de que a maioria dos Estados desta região não é democrática.

É verdade que as Filipinas e a Tailândia se tornaram democráticas, mas o facto é que a maioria dos Estados da ASEAN não implantaram um sistema democrático. Os líderes desses Estados - Suharto, Li Quan Yu, Mahatir - continuaram a percepcionar a democracia e os direitos humanos como valores impostos pelo Ocidente, numa tentativa de hegemonia política, económica e social. Esta posição reflectiu-se no início dos anos 90 no seio da ASEAN, com os Estados a gravitarem em torno da China, opondo-se aos EUA e aos países da Europa Ocidental. E no entanto, em questões ligadas à segurança, às ameaças de expansão militar ou agressão, os Estados da ASEAN encaravam a China como a principal fonte de ameaça. Assim, quando se lidava com questões como as do mar do Sul da China ou possíveis ameaças à segurança nacional, os países da ASEAN passavam a gravitar em torno dos EUA. Não havia, por isso, uma visão unificada do mundo, dividindo-se os Estados conforme a temática em debate - assuntos ligados a questões de ameaça às suas identidades, valores e mercado sugeriam uma aproximação aos países mais autoritários do Nordeste Asiático, particularmente a China. Quanto às questões de segurança e assuntos congéneres, assistia-se a uma aproximação ao Ocidente pela maioria dos países da ASEAN.

Contextualizando os direitos humanos e a democracia na política internacional, a ASEAN sempre resistiu à interligação entre o que considerava questões meramente políticas ou meramente económicas. Na verdade, uma série de negociações não foi bem sucedida precisamente por este facto. Da parte da UE houve relutância em renovar a cooperação com a ASEAN devido à questão de Timor Leste, visto haver uma clara intransigência por parte da organização asiática a este respeito. Do ponto de vista da ASEAN, assistiu-se a um acelerado crescimento económico tanto no Sudeste como no Nordeste Asiáticos, com um desenvolvimento não só na China, mas também em Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul, Indonésia, Tailândia, Malásia e Singapura – milagres económicos que contribuíram largamente para um sentimento de autoconfiança, explorado por Li Quan Yu e apoiado por Mahatir, e que criou o chamado "síndroma dos valores asiáticos". Este síndroma revela-se na afirmação de que para os países do Sudeste Asiático a democracia é um assunto sem importância, relegado para segundo plano pelo desenvolvimento económico. Poderse-á mesmo afirmar que estes Estados percorrem um caminho diferente até ao Nirvana, até ao paraíso, com o Ocidente a contrapor o facto de serem necessários os valores democráticos e o respeito pelos direitos humanos como base para um desenvolvimento económico sustentado.

Os países da ASEAN continuam a crescer a um ritmo de 10%, 8%, 7%, mostrando a sua preponderância a nível dos novos mercados industriais e tecnológicos. O autoritarismo foi considerado de extrema importância na obtenção da prosperidade, esperando-se depois que a democracia surja por si. Ou, como afirma Francis

Fukuyama, esperando que o desenvolvimento económico traga prosperidade e consequentemente uma ascensão da classe média e da sociedade hegemónica e, eventualmente, a democracia. A democracia já tinha surgido em Taiwan e, por meios mais violentos, na Coreia do Sul, mas no Sudeste Asiático a complacência por parte dos líderes continuava. Assim, poder-se-á afirmar que o que acelerou verdadeiramente a democratização não foi o sucesso dos países democráticos em impô-la, mas antes o colapso da economia. A economia foi usada como raison d'état para regimes como o que foi protagonizado por Suharto. Com o colapso da economia, assistiu-se ao colapso da legitimidade de certos Estados, como o de Suharto, e colocou-se a questão de qual o regime a implantar como alternativa. Foi nesse momento que a democracia e os direitos humanos assumiram uma maior pertinência.

Na Indonésia, e embora se tenha assistido a alguns episódios violentos, houve uma transição pacífica para a democracia, se atentarmos ao tamanho do país. A ausência de grandes derramamentos de sangue poderá ser atribuída ao facto de o desenvolvimento económico ter sido bem sucedido e de se ter assistido a um crescimento da participação da sociedade civil.

O período inicial dos anos 90 dificultava qualquer clamor pela democracia, visto que argumentar contra o sucesso económico era visto como uma abertura à ingerência e um convite à implosão do país. Com o colapso da economia, a sociedade civil pôde assumir protagonismo, e demonstrou quão irrelevante era a discussão dos valores asiáticos opostos aos valores universais. Assim, poder-se-á concluir que não foi só a pressão internacional que permitiu este protagonismo, mas sim essa pressão conjugada com a situação económica. Anteriormente assistia-se a um paradoxo: havia uma pressão por parte das multinacionais e dos Estados ocidentais sobre os Governos autoritários relativamente a certas questões, mas o investimento continuava e com ele o apoio aos Governos e não às sociedades civis. A justaposição da crise internacional, da crise económica e da internacionalização da democracia e dos direitos humanos foram essenciais para o sucesso das lutas nacionais por um sistema democrático.

Mas não é fácil transpor essa democratização e o que se verifica a nível nacional para a esfera regional, pelo menos não no contexto do Sudeste Asiático. Quando a Tailândia e as Filipinas se tornaram democráticas, houve uma tentativa por parte do ministro dos Negócios Estrangeiros tailandês para mudar um princípio muito rígido da ASEAN – o princípio da não-intervenção –, introduzindo o conceito de intervenção construtiva. O argumento apresentado foi o de que existem muitas questões a nível regional que não podem ser solucionadas individualmente por cada país. A título de exemplo foi citado o caso dos incêndios florestais na Indonésia, que se transformaram num problema ambiental em toda a região. Outro exemplo apresentado foi o da migração em massa devido à violência no Myanmar, que resultou numa vaga de refugiados para os países vizinhos.

Houve, assim, uma tentativa de cativar o interesse da ASEAN para as questões dos direitos humanos e da democracia, que contudo se revelou muito difícil, tendo sido abandonado o conceito de intervenção construtiva em favor do de intervenção flexível. Mesmo este encontrou alguma oposição, tendo sido novamente substituído pelo conceito de interacção a nível de armamento. Embora a transformação da Indonésia num Estado democrático tenha contribuído para que, conjuntamente com as Filipinas e a Tailândia, dois terços da ASEAN sejam agora democráticos, ainda se terá de aguardar pela chegada das forças democráticas.

Apesar de a longo prazo se prever uma transformação na ASEAN, a curto prazo a organização debate-se com uma grande tensão a nível regional, tensão essa que não se restringe às relações entre os países mais e menos desenvolvidos, mas que é também uma tensão sobre os valores, como foi demonstrado pela adesão de países como o Vietname, o Laos e o Myanmar, que pensavam assim proteger a sua soberania com base no princípio de não-intervenção da ASEAN. O Myanmar esperava ainda protecção contra a pressão da comunidade internacional. Poder-seá conjecturar que qualquer mudança será vetada e, visto que a ASEAN opera com

base num consenso, afigura-se muito difícil a mudança de quaisquer princípios, mesmo que a Indonésia incluísse os direitos humanos e a democracia na sua política externa, como se espera para um futuro próximo. Já a tradução de tais valores em princípios da ASEAN será uma tarefa árdua.